



**CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.**

CNPJ nº 19.560.837/0001-13 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

impactos significativos. 2.6. **Reapresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia apresentadas em 16 de março de 2023 estão sendo reapresentadas, em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e na norma internacional IAS 8 – “Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors”, devido a retificação de erro de divulgação identificado na nota explicativa de empréstimos e financiamentos (Nota 14 item d), referente ao cálculo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) do exercício final em 31 de dezembro de 2022, que originalmente apresentou a medição de 1,16, sendo a correta de 1,66. Adicionalmente, foi removida a informação divulgada sobre o não atendimento dos covenants, considerando a medição corrigida. A reapresentação não traz impactos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício final nessa data.

**3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Fornecimento de energia	77.095	70.174	29.243	26.213
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	1.290	7.487	485	2.878
Outras receitas <sup>(1)</sup>	20	14.787	(33)	10.841
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>78.405</b>	<b>92.448</b>	<b>29.695</b>	<b>39.932</b>
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(4.641)	(6.396)	(2.480)	(4.151)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>73.764</b>	<b>86.052</b>	<b>27.215</b>	<b>35.781</b>

Em março de 2021, ocorreu o desligamento das Usinas Eólicas (UEE) Santana 1 e Santana 2. O fato ocorreu devido à umidade na sala de cubículos, onde fiação desajustada causou curto-circuito. Como consequência, estes parques eólicos ficaram indisponíveis até o dia 28 de março de 2021. Ao final de novembro de 2021 foi emitida pela Seguradora uma Carta Conforto, onde foi garantida às Companhias o recebimento mínimo dos valores de sinistro de danos materiais no montante de R\$ 1.500 e lucros cessantes no montante de R\$ 2.440. Os valores a receber referente ao sinistro ainda estão em processo de avaliação pela seguradora.

**3.1 Deduções de receita bruta:**

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Tributos	(4.354)	(6.118)	(2.377)	(4.052)
PIS e COFINS	(4.354)	(6.118)	(2.377)	(4.052)

**Encargos setoriais**

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica - TFSFE	(287)	(278)	(103)	(99)
Outras	(28)	(278)	(103)	(99)
<b>Total</b>	<b>(4.641)</b>	<b>(6.396)</b>	<b>(2.480)</b>	<b>(4.151)</b>

**3.2 Política contábil e julgamentos críticos:** a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Equivalência de Diferenças (PLD). b) Estimativas e julgamentos críticos: Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE no centro de gravidade, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD divulgado pela CCEE. Para os meses ainda não realizados, utiliza-se previsão de medição da Usina, perda interna com base no histórico, perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época e valor do PLD (previsto).

**4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA**

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
<b>Compra para revenda</b>				
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	(1.196)	(6.098)	(427)	(2.432)
Energia curto prazo - PLD	(33)	70	(33)	158
Outras	(99)	(46)	(1)	(15)
<b>Subtotal</b>	<b>(1.289)</b>	<b>(6.069)</b>	<b>(479)</b>	<b>(2.289)</b>
Créditos PIS e COFINS	42	426	42	426
<b>Total</b>	<b>(1.226)</b>	<b>(5.642)</b>	<b>(433)</b>	<b>(1.863)</b>
<b>Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão</b>				
Encargos de rede básica	(5.003)	(4.422)	(1.790)	(1.580)
Encargos de conexão	(11.921)	(1.722)	(615)	(615)
<b>Subtotal</b>	<b>(6.924)</b>	<b>(6.144)</b>	<b>(2.476)</b>	<b>(2.195)</b>
Créditos de PIS e COFINS	245	-	245	-
<b>Total</b>	<b>(6.679)</b>	<b>(6.144)</b>	<b>(2.231)</b>	<b>(2.195)</b>
<b>Total dos custos com energia elétrica</b>	<b>(7.905)</b>	<b>(11.786)</b>	<b>(2.664)</b>	<b>(4.058)</b>

**5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS**

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
<b>Outras receitas/Despesas gerais e administrativas</b>				
Outras receitas/Despesas gerais e administrativas	(1.289)	(6.069)	(479)	(2.289)
Custos de operação	(1.289)	(6.069)	(479)	(2.289)
<b>Total</b>	<b>(2.578)</b>	<b>(12.138)</b>	<b>(958)</b>	<b>(4.578)</b>

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
<b>Outras receitas/Despesas gerais e administrativas</b>				
Outras receitas/Despesas gerais e administrativas	(1.289)	(6.069)	(479)	(2.289)
Custos de operação	(1.289)	(6.069)	(479)	(2.289)
<b>Total</b>	<b>(2.578)</b>	<b>(12.138)</b>	<b>(958)</b>	<b>(4.578)</b>

**5.1. Refere-se a seguros, viagens a serviço, arrendamentos, entre outros.**

**5.1.1. Refere-se de terceiros**

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Outras receitas/Despesas gerais e administrativas	(1.289)	(6.069)	(479)	(2.289)
Custos de operação	(1.289)	(6.069)	(479)	(2.289)
<b>Total</b>	<b>(2.578)</b>	<b>(12.138)</b>	<b>(958)</b>	<b>(4.578)</b>

**6. RESULTADO FINANCEIRO**

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Renda de aplicações financeiras	14.520	4.410	7.557	2.758
Tributos sobre receita financeira	(351)	(129)	(351)	(129)
Outras receitas financeiras	10	27	29	9
<b>Total</b>	<b>14.179</b>	<b>4.308</b>	<b>7.215</b>	<b>2.638</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos sobre instrumentos de dívida <sup>(1)</sup>	(27.182)	(26.467)	(27.182)	(26.467)
Outras despesas financeiras <sup>(2)</sup>	(1.187)	(1.259)	(823)	(835)
<b>Total</b>	<b>(28.369)</b>	<b>(27.726)</b>	<b>(28.005)</b>	<b>(27.302)</b>
<b>Outros resultados financeiros, líquidos</b>				
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	(6)	-	(6)	-
Outras variações monetárias, líquidas	48	16	56	5
<b>Total</b>	<b>(14.148)</b>	<b>(23.402)</b>	<b>(20.740)</b>	<b>(24.659)</b>

<sup>(1)</sup> Aumento deve-se ao incremento de saldo de caixa no exercício, bem como a crescente alta da taxa CDI, índice de referência das alocações das aplicações financeiras; <sup>(2)</sup> Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e amortização de custos de captação.

**7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO**

7.1 **Tributos sobre o lucro:** Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (“IRPJ”) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real no exercício. 7.1.1 **Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	21.673	13.834	17.667	10.382
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(7.369)	(4.704)	(6.007)	(3.530)
<b>Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:</b>				
Resultado de participações societárias	-	-	8.315	7.363
Diferença de presunção de base do lucro presumido	5.670	5.085	-	-
Outras alíquotas (reversões) permanentes	2.572	(2.574)	2.572	(2.574)
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>(87)</b>	<b>(2.193)</b>	<b>4.880</b>	<b>1.259</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>(4,03%)</b>	<b>15,85%</b>	<b>(27,62%)</b>	<b>(12,13%)</b>
Corrente	(3.975)	(3.484)	31	(32)
Diferido	4.849	1.291	4.849	1.291

7.1.2 **Tributos diferidos ativos:** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	16.953	13.549	-	-
<b>Diferenças temporárias:</b>				
Provisões para depreciação, ressarcimento e fornecedores	6.310	4.907	-	-
Perdas estimadas de créditos - Contas a receber	1	1	-	-
Arrendamentos capitalizados	5	6	-	-
PLR	6	4	-	-
<b>Total</b>	<b>23.315</b>	<b>18.466</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Ativo não circulante

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>				
Efeitos reconhecidos no resultado	4.849	-	4.849	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>17.175</b>	<b>17.175</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>17.175</b>	<b>17.175</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>18.466</b>	<b>18.466</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2022, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Ativo fiscal diferido	827	407	1.240	9.623
Entre 2023 e 2032	6.233	7.023	6.233	7.023
em 2038	-	-	-	-

A Companhia vem apresentando valores negativos antes da equivalência patrimonial por concentrar as dívidas financeiras para a construção dos parques Calango 6, Santana 1 e Santana 2. Ela possui duas captações: (i) BNDES iniciada em 2016 com vencimento em 2033 e (ii) Debêntures iniciada em 2016 com vencimento em 2028 e suas projeções indicam redução no volume de dívida financeira com consequente efeito positivo em seu lucro tributável nos próximos anos. 7.1.3 **Política contábil e julgamentos críticos:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. b) Estimativas e julgamentos críticos: Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) condições operacionais e tributárias. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) condições operacionais e tributárias. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) condições operacionais e tributárias. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) condições operacionais e tributárias. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) condições operacionais e tributárias. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) condições operacionais e tributárias. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) condições operacionais e tributárias. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) condições operacionais e tributárias. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) condições operacionais e tributárias. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) condições operacionais e tributárias. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) condições operacionais e tributárias. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) condições operacionais e tributárias. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) condições operacionais e tributárias. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) condições operacionais e tributárias. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) condições operacionais e tributárias. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) condições operacionais e tributárias. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) condições operacionais e tributárias. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) condições operacionais e tributárias. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) condições operacionais e tributárias. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) condições operacionais e tributárias. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) condições operacionais e tributárias. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as

**CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.**

CNPJ nº 19.560.837/0001-13 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

**17.2 Transações com partes relacionadas:**

	Consolidado					
	2022			2021		
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladas Acionistas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Controladas Acionistas	Total
<b>Resultado do exercício</b>						
Receita operacional líquida (a)	2.955	-	2.955	2.910	-	2.910
Custos dos serviços	(1.468)	-	(1.468)	(5.952)	-	(5.952)
Despesas gerais e administrativas	(1.246)	-	(1.246)	-	-	-
	<u>241</u>	<u>-</u>	<u>241</u>	<u>(3.042)</u>	<u>-</u>	<u>(3.042)</u>
	<b>Controladora</b>					
	2022			2021		
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladas Acionistas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Controladas Acionistas	Total
<b>Resultado do exercício</b>						
Receita operacional líquida (a)	1.125	-	1.125	1.022	-	1.022
Custos dos serviços	(541)	-	(541)	(2.284)	-	(2.284)
Despesas gerais e administrativas	(435)	-	(435)	-	-	-
	<u>149</u>	<u>-</u>	<u>149</u>	<u>(1.262)</u>	<u>-</u>	<u>(1.262)</u>

**17.3 Principais transações com partes relacionadas:**

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Consolidado				Resultado do exercício	
			Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)		
a)	Neoenergia Cosern e Neoenergia Elektro	Venda de energia elétrica	Índice de correção / remuneração contratual	IPCA	27 anos	2050	329	2.955
b)	Neoenergia Renováveis	Dividendos a pagar	-	-	N/A	2023	(5.355)	-
c)	Santana 1 e Santana 2	Sinistro de equipamentos	-	-	N/A	2023	4.964	-
			<b>Controladora</b>					
Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	
a)	Neoenergia Cosern e Neoenergia Elektro	Venda de energia elétrica	Índice de correção / remuneração contratual	IPCA	27 anos	2050	126	1.125
b)	Neoenergia Renováveis	Dividendos a pagar	-	-	N/A	2023	(5.355)	-
c)	Santana 1 e Santana 2	Dividendos a receber	-	-	N/A	2023	5.924	-
d)	Calango 2, Calango 4, Calango 5, Santana 1 e Santana 2	Sinistro de equipamentos	-	-	N/A	2023	7.611	-

**17.4 Remuneração da administração (Pessoa-chave):** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

**MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Laura Cristina da Fonseca Porto - **Diretora Presidente**

**DIRETORES**

Leandro Adzgauskas Montanher  
Rodolfo Fernandes da Rocha  
Mariane Carvalho Medeiros

Rachel Alves Pascale - CRC-RJ-Nº 115915/O-3  
**Contadora**

Luciana Maximino Maia  
**Diretora de Contabilidade**

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Calango 6 Energia Renovável S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Calango 6 Energia Renovável S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Calango 6 Energia Renovável S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita na venda de energia:** Conforme descrito na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia deriva principalmente do fornecimento de energia elétrica. A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Diretoria da Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos: (a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios da Companhia; e (b) que os valores da receita sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidas em contrato. Devido aos assuntos anteriormente mencionados e a relevância dos valores envolvidos, consideramos o reconhecimento da receita na venda de energia como um principal assunto de auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receita considerando a natureza das receitas da Companhia, aspectos contratuais, entre outros; (ii) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento de receita na venda de energia; (iii) testes de transações de receitas, em base amostral, dos documentos comprobatórios sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se elas foram contabilizadas no período de competência correto; e (iv) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente. No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas a determinados controles de tecnologia da informação que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e a ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obter evidências de auditoria suficientes e apropriadas. As deficiências mencionadas foram remediadas pela Companhia dentro do exercício. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento de receita na venda de energia,

**18. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**18.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:** A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Consolidado				
	2022		2021		
	CA	VJR	CA	VJORA	VJR
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4.793	128.587	4.751	-	101.630
Títulos e valores mobiliários	-	2.125	-	-	1.716
Contas a receber de clientes e outros	10.752	-	10.125	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	3	-
	<u>15.545</u>	<u>130.712</u>	<u>14.876</u>	<u>3</u>	<u>103.346</u>
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	2.997	-	6.725	-	-
Empréstimos e financiamentos	259.134	-	273.637	-	-
Passivo de arrendamento	2.669	-	2.724	-	-
Outros passivos financeiros	211	-	187	-	-
	<u>265.011</u>	<u>-</u>	<u>283.273</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

CA - Custo amortizado; VJR - Valor justo por meio do resultado.

**18.2 Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 18.7. (análise de sensibilidade). **18.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR" OU "VJORA"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Consolidado			
	2022		2021	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	128.587	128.587	101.630	101.630
Títulos e valores mobiliários	2.125	2.125	1.716	1.716
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	3	3
	<u>130.712</u>	<u>130.712</u>	<u>103.349</u>	<u>103.349</u>

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **18.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	Consolidado			
	2022		2021	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	259.134	262.615	273.637	273.637

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **18.5 Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: **(i) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. **(ii) Passivo financeiro:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **18.6 Métodos e técnicas de avaliação:** **(i) Empréstimos e financiamentos:** O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. **18.7 Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2022. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário Provável	Im-pacto Cenário (II)	Im-pacto Cenário (III)	
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>								
Aplicações financeiras	em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	138.375	18.943	(2.842)	(5.682)
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>								
<b>Empréstimos, Financiamentos e Debêntures</b>								
Divida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	5,90%	(51.765)	(6.891)	(355)	(711)	
Divida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,37%	(215.654)	(20.491)	(2.384)	(4.768)	

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia **Calango 6 Energia Renovável S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.560.837/0001-13, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu relativamente às demonstrações financeiras da Calango 6 alusivas ao exercício social findo em 31.12.2022; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Calango 6 relativas ao exercício social findo em 31.12.2022.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2023.

Laura Cristina da Fonseca Porto  
**Diretora Presidente**

Leandro Adzgauskas Montanher  
Rodolfo Fernandes da Rocha  
Mariane Carvalho Medeiros  
**Diretores**

os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "R" RJ

Gabriela Rocha Werberich  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 1 RS 079489/O-4

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 29/11/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/11/29/CALANGO1573130729112023.pdf>  
Hash: 1701184442136d7ae8bf4b47c8bede766b91e29458